

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL – IACS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – GCI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

JAMILLE DE CASTRO DOMICIANO

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**

**NITERÓI
2021**

JAMILLE DE CASTRO DOMICIANO

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel. Área de Concentração: Arquivologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Fátima Auxiliadora de Souza Justiniano

D669 Domiciano, Jamille de Castro.
Política de Preservação / Jamille de Castro Domiciano. – 2021.
20 f.
Orientadora: Fátima Auxiliadora de Souza Justiniano
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) –
Universidade Federal Fluminense, 2021.
Bibliografia: f. 29-30
1. Política de Preservação. 2. Preservação. 3. Conservação. I.
Justiniano, Fátima Auxiliadora de Souza. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD 025.9

JAMILLE DE CASTRO DOMICIANO

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel. Área de Concentração: Arquivologia.

APROVADO EM: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Fátima Auxiliadora de Souza Justiniano
Universidade Federal Fluminense
Orientadora

Prof^a Dra. Margareth da Silva
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Carlos Henrique Juvêncio
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2021

Dedico este trabalho ao meu pai (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a minha família que me acompanhou nas minhas lutas diárias, pois compreendem que vencer não é fácil requer paciência e cuidados.

Agradeço a minha orientadora professora Fátima pelo carinho e dedicação. E a todos os professores que tive durante a graduação que foram fundamentais para a minha formação acadêmica.

Meus amigos e colegas do curso que me apoiaram e fizeram-me ser uma pessoa melhor, nos estudos e no amadurecimento.

“[...] o arquivista é um mediador ativo na formação da memória coletiva através dos arquivos”

Terry Cook

RESUMO

Trata sobre a política de preservação, trazemos a experiência do Museu de Astronomia e Ciência Afins (MAST) que produziu o primeiro documento sobre preservação. Aborda os conceitos de preservação, conservação, restauração, Gerenciamento de Riscos. Tem como foco principal relatar a importância da Política de Preservação nas unidades de informação.

Palavras-chave: Política de Preservação. Preservação. Conservação.

ABSTRACT

It deals with the preservation policy, we bring the experience of the Museum of Astronomy and Related Science (MAST) that produced the first document on preservation. It addresses the concepts of preservation, conservation, restoration, risk management. Its main focus is to report the importance of the Preservation Policy in the information units.

Key words: Preservation Policy. Preservation. Conservation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PRESERVAÇÃO E POLITICAS DE PRESERVAÇÃO	13
2.1	Preservação	14
2.2	Política de preservação	16
3	POLITICA DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL	18
3.1	SPHAN	18
3.2	Política de preservação do MAST	19
3.3	Primeiros passos para se criar uma política de preservação	21
4	GERENCIAMENTO DE RISCOS	24
4.1	Fatores de riscos aos acervos	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	29

A Política de Preservação é um documento que apresenta as diretrizes que validam as ações que levam em conta as condições do acervo da instituição. No seu conteúdo pode estar presente aspectos da legislação, de campanhas e de diversas outras formas para contribuição do pensamento sobre a necessidade de tais medidas. Necessárias para na hora da aplicação possam ser de melhor entendimento pelas autoridades, pelos funcionários, pelos usuários e pela população em geral, trazendo assim um maior respeito com a informação para as futuras gerações.

O problema que suscita a pesquisa deste trabalho é: Qual é a importância de pensar em uma Política de Preservação? É necessário destacar que a Política de preservação inclui a identificação, análise e ação, visando tratar ou melhorar as condições do acervo. E ainda o gerenciamento de riscos, ou seja, é importante, ter a visão de como evitar, eliminar ou reduzir os riscos que possam causar danos aos acervos (antes que eles aconteçam). Podemos também transferir esses riscos para outras áreas melhorando a situação de guarda do acervo, aumentando o envolvimento dos funcionários, que fiquem mais atentos as operações diárias, ou até os usuários, deixando claro como devem se comportar quando estão com um objeto físico do acervo. Um exemplo que a uns 10 anos atrás era de grande risco, e que hoje é totalmente aceitável é fotografar os acervos. O uso de flashes na hora de fotografar as peças causavam degradação (mínima, mas acumulativa) decorrente da radiação ultra-violeta da luz emitida pelo flashes e hoje com os atuais recursos dos aparelhos celulares que fotografam sem o uso de flash, eliminamos um potencial risco, da mesma maneira que já não é necessário fotocopiar os documentos, entre outros atributos.

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo geral abordar a importância da política de preservação, e como objetivos específicos definir os conceitos da área da Preservação; fazer uma breve historicização da política de preservação no Brasil; e, finalmente através do gerenciamento de risco, abordar os fatores de riscos aos acervos, e discutir as políticas de preservação implantadas e a sua importância para as instituições que tem por obrigação a guarda e a conservação dos documentos arquivísticos.

O tema se justifica pela pouca pesquisa envolvendo Políticas de Preservação nas instituições arquivísticas, no entanto, como postulado por Rousseau e Couture (1998), a

Preservação é uma das sete funções da Arquivologia. No curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense, vemos o tema muito rapidamente, pois só temos uma disciplina (Preservação e Conservação de Acervos Documentais) para desenvolvermos todos os princípios e conhecimentos da área.

A metodologia empregada neste trabalho de conclusão de curso é a pesquisa bibliográfica, na literatura voltada para as áreas da pesquisa: Preservação e Arquivologia. Está embasada em artigos de periódicos, pesquisados na base de dados, BRAPCI (Base de Dados em Ciência da Informação), nos anais do ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação), e consulta bibliográfica principalmente nas fontes disponibilizados nas bibliotecas *on line*.

O referencial teórico será feito a partir de dois textos específicos publicados no Brasil, o primeiro pelo Decreto nº 25, de 1937 que fundou o SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – que hoje é o IPHAN, que dentre as suas atribuições tinha o compromisso de preservar os espaços públicos bem como os seus acervos. E o pequeno manual disponibilizado pelo MAST –Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) que em 1995 publicou o que seria a nossa primeira publicação com tema específico: “Política de preservação de acervos institucionais”, no qual participaram 15 instituições públicas, sendo sua maioria museus. E ainda, na literatura disponibilizada dentro dos temas, em artigos e capítulos de livros sobre preservação no intuito de fundamentar os conceitos e os questionamentos, tais como: Zúñiga (2002; 2005), Silva (2004; 2006; 2008), Hollós (2010), Paes (2004), entre outros. E quanto ao assunto do gerenciamento de Riscos utilizamos os trabalhos do José Luiz Pedersoli Junior e Adriana Hollós (2009) e, Jayme Spinelli (2010).

Esse trabalho de conclusão de curso está composto de cinco seções. Excluindo a introdução e as considerações finais, veremos na segunda seção os conceitos da área da preservação, incluindo, a própria política de preservação e o gerenciamento de riscos. Na terceira seção perguntamos: Existe uma política de preservação em vigor nas instituições brasileiras? Começamos a responder a esta questão com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Nacional), na primeira metade do século XX e analisamos mais atentamente a única publicação que aborda o assunto, já de meados da década de 90 do século passado: Política de Preservação de Acervos Institucionais, publicado pelo Museu de

Astronomia e Ciências Afins (MAST). E finalmente na seção quatro, vamos abordar o Gerenciamento de Riscos, ponto crucial para a visualização futura da gestão e implementação de atitudes e programas que façam parte de uma Política voltada para a preservação dos acervos documentais.

2 PRESERVAÇÃO E POLITICAS DE PRESERVAÇÃO

Nesta segunda seção vamos abordar os conceitos que abarcam a área da preservação, incluindo, a própria preservação e os termos que englobam a sua ligação com o gerenciamento de acervos, tais como política de preservação, projetos de preservação, etc. As referências utilizadas foram entre outros, os dicionários e manuais da área de Arquivo e de Biblioteconomia e a literatura específica da área. Começaremos com a grande área Preservação e os seus desdobramentos.

Observamos que a preservação não é um tema tão explorado nas instituições arquivísticas, porém, segundo Rousseau e Couture (1998), esta é uma das sete funções da Arquivologia. Ainda, na visão dos dois especialistas o ideal seria a implantação de um programa com as sete funções arquivísticas que englobam a produção, a difusão e o acesso à informação; a classificação e à recuperação da informação; preservação e a conservação do documento. A informação preservada segundo normas técnicas precisas, pode ser recuperada. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 68)

2.1 PRESERVAÇÃO

A respeito da questão terminológica, Sérgio Conde de Albite Silva (2006) aponta a fragilidade dos conceitos de preservação, conservação e restauração, e afirma que são termos relativamente recentes no Brasil e que estão longe de um consenso entre os profissionais-conservadores, arquivistas, bibliotecários, museólogos, teóricos, cientistas etc. Para o mesmo autor a preservação engloba “[...] a restauração (recuperar), a conservação (salvaguardar), a conservação preventiva (gerenciamento do ambiente), e agrega o planejamento, o financiamento, as decisões administrativas e as escolhas políticas e tecnológicas.” (SILVA, 2006, p. 43)

De acordo com Zúñiga (2002) a preservação é vista de uma “[...] forma abrangente, compreendendo todas as ações da instituição visando a retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso a todos os documentos arquivísticos sob sua custódia”. (ZÚNIGA, 2002, p. 3)

Sobre a questão conceitual, Zúñiga (2005, p. 28 apud SILVA, 2006, 43) defende:

O quadro conceitual que envolve procedimentos do que se convencionou chamar de preservação só recentemente começa a se delinear de forma mais clara, com a adesão de alguns países europeus, como a França e a Inglaterra, aos métodos e técnicas preconizadas pela chamada conservação preventiva. Aos poucos, seguindo a linha de trabalho desenvolvida a partir dos Estados Unidos, em oposição à nossa matriz europeia, vão se formando os conceitos referentes à preservação, conservação e restauração de bens culturais móveis, bem como o de conservação preventiva, o mais recente de todos.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DIBRATE, preservação seria a “[...] prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico”. (DIBRATE, 2005, p. 135)

E ainda, a preservação “[...] é o procedimento de cuidado e manutenção diária feita pelos responsáveis das obras (arquivo, museu, biblioteca, igreja), se esse trabalho for bem efetuado, a obra se manterá estável e dificilmente precisará das intervenções de conservação e restauração”. (JUSTINIANO, 2009, p. 4)

Está voltada principalmente para as áreas de guarda e gerenciamento dos documentos, focada em solucionar “[...] a equação precisão e rapidez na transferência e acesso da informação versus segurança e qualidade (condições de uso) da informação”. (SILVA, 2004, p. 61)

A preservação de acervos culturais, segundo Lygia Guimarães (2012), engloba várias atividades tais como: seleção, avaliação, gestão, registro, prevenção, segurança, entre outros. Estas ações garantem uma vida útil desse acervo. Preservamos:

[...] para garantir o exercício da memória e da cidadania; para garantir a continuidade das manifestações culturais; para garantir o produto intelectual, a acumulação do conhecimento e do saber, pelo homem, no decorrer da história; para garantir a manutenção dos elementos da natureza e do meio ambiente. (GUIMARÃES, 2012, p. 74)

Enquanto o termo conservação, faz parte da grande área da preservação, pode ser definida como o “[...] exame do documento arquivístico, seu tratamento, e a documentação desse tratamento”. Já a conservação preventiva é “[...] o conjunto de ações que visam a prevenir os danos sofridos pelo acervo como um todo, minimizando a deterioração dos documentos arquivísticos”. (ZÚÑIGA, 2002, p. 3-4).

Nos Dicionários da área não encontramos muitas diferenças entre os dois conceitos, que é muito comum, e entre os especialistas e funcionários das instituições que cuidam dos acervos são terminologias quase sinônimas. De maneira simplificada, poderíamos dizer que a conservação embarga ações que tem caráter corretivo e intervêm na estrutura do objeto com o intuito de mantê-lo limpo e bem guardado, e quando existe um início do dano, deve ser a ação que irá elimina-lo evitando a degradação e devolvendo a condição ideal. Já a restauração por ser um procedimento que necessita de um maior conhecimento específico e principalmente de funcionários especializados e de um laboratório, terá a função de cuidar de acervos únicos e unitários, e que não receberam ao longo da vida, as intervenções de conservação e muito menos estavam inseridos em ambientes preservados.

2.2 POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

A introdução de um segundo termo a palavra preservação, tais como política, projeto e programa, introduz novo significado e novos valores. Portanto, podemos dizer que política é um tipo de ação de âmbito superior, que engloba o desenvolvimento e implementação de programas e projetos de preservação de acervos. Programa define providências e procedimentos a serem cumpridos e executados com periodicidade e manutenção (em curto, médio ou longo prazo) incorporados na política de preservação da instituição. Como por exemplo: Programa de reprodução de documentos; programa de manutenção das instalações, Programa de capacitação e treinamento; etc. E finalmente, um projeto que define as ações a serem realizadas num período determinado, para um determinado fim, com custos definidos *a priori*. São importantes para realizar, em curto espaço de tempo, ações que tenham impacto imediato e que necessitam, por vezes, receber financiamento externo. Por exemplo: Projeto para instalação de um laboratório de conservação do acervo; projeto para higienização e acondicionamento do acervo, etc.

Portanto, assim como preservação engloba as sub-áreas da conservação e do restauro e ainda conservação preventiva, uma política engloba tanto programas como projetos que envolveriam a preservação do acervo em questão. Uma boa definição disponibilizada pela Biblioteca Britânica seria que uma:

[...] política de preservação é um componente essencial no gerenciamento de acervos, independente do tamanho ou da organização. Ela estabelece a abordagem da organização com a intenção de preservar o acervo, abordando as questões do que precisa ser preservado, por que, com qual finalidade e por quanto tempo. A política esclarece as responsabilidades de todos os interessados, desde os chefes, passando pelos funcionários, voluntários e usuários. Permite que as organizações estabeleçam e validem prioridades e revejam práticas de longa data. Estratégias de preservação, planos de trabalho, procedimentos e processos devem seguir uma política de preservação. (FOOT, 2013, p. 1)

Solange Zúñiga (2005) ao trabalhar com o termo, parece não ver diferenças entre um programa/política de preservação, definindo-o como “[...] um plano escrito, formado pelo conjunto de ações que dizem respeito às necessidades de preservação do acervo de uma instituição, estabelecidas por meio de um processo de trabalho coletivo e baseadas em prioridades também definidas em conjunto.” (ZÚÑIGA, 2005, p. 245)

Portanto, uma política de preservação seria um instrumento que apresentaria as diretrizes para pôr em prática as ações de preservação com a finalidade de garantir e perpetuar a disseminação da informação. A conservadora do Arquivo Nacional, Adriana Hollós (2010) reforça a necessidade da “[...] elaboração de um ‘testamento’, de uma política específica de preservação e acesso que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor [...]”. (HOLLÓS, 2010, p. 29)

Os itens que devem fazer parte desta política são: objetivo institucional; políticas institucionais; diretrizes institucionais; diagnóstico de preservação; o processo decisório; a prevenção e o plano de emergência e os recursos financeiros. E a necessidade de adequação da metodologia de implementação do programa de preservação segundo a instituição.

3 POLITICA DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL

Nesta seção vamos fazer a seguinte pergunta: Existe uma política de preservação em vigor em alguma instituição brasileira? A resposta talvez comece com a própria história do nosso patrimônio histórico e a fundação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Nacional), hoje IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional). E mais recentemente com a única publicação que temos no Brasil que aborda exatamente o assunto, já de meados da década de 90 do século passado: Política de Preservação de Acervos Institucionais, publicado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

3.1 SPHAN

Em 1937, com o Decreto nº 25, foi criado o SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – hoje IPHAN como dissemos acima, que dentre as suas atribuições pretendia tomar, preservar os acervos de bens culturais móveis e imóveis (incluindo os prédios históricos e os espaços públicos).

Quanto ao acervo documental, o SPHAN lançou, em 1984, o Pró-Documento que foi o: “Programa que tinha por finalidade preservar, em todo o território nacional, os acervos documentais de valor permanente”. (SILVA, 2008, p. 93).

Atualmente, o IPHAN é composto por 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa), 37 escritórios técnicos, a maioria deles localizados em cidades que são conjuntos urbanos tombados (cidades históricas). E ainda, seis unidades especiais, sendo quatro delas no Rio de Janeiro (Centro Lucio Costa, Sítio Roberto Burle Marx, Paço Imperial e Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular) e duas em Brasília, o Centro Nacional de Arqueologia (CNA) e o Centro de Documentação do Patrimônio. A Administração Central funciona em dois endereços: no Edifício Iphan - em Brasília (DF) e no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro (RJ). (IPHAN, s/d)

Segundo informação do *site* oficial do IPHAN, o referencial estratégico da instituição está expresso pela Missão, pela Visão e pelos Valores da organização, definidos a partir de 2009 e revalidados em processo de atualização transcorrido a partir de 2013: “A Missão do Instituto é a de promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.” (IPHAN, s/p)

A Visão estabelece que o Iphan deve ser instituição coordenadora da política e do sistema nacional do patrimônio cultural, capaz de identificar, produzir e difundir referências para a preservação do patrimônio cultural no plano nacional e internacional, dotada de carreira de estado, qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade.” (IPHAN, s/p)

Tanto a Missão como a Visão do Iphan estão atreladas à manutenção de valores que englobam: a qualidade de vida; as memórias e identidades; o acesso ao patrimônio cultural; a valorização da diversidade; ao desenvolvimento sustentável; a cidadania cultural; a descentralização, regionalização e desconcentração; e a inclusão social. (IPHAN, s/p)

Dentre as propostas contemporâneas para a organização arquivística se destacam o *Programa de Gestão Documental do Iphan*, desenvolvido pela Gerência de Documentação Arquivística e Bibliográfica (Gedab) da Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (Copedoc), cuja equipe foi responsável pela realização de diversos recenseamentos e diagnósticos arquivísticos em diferentes etapas, entre os anos de 2004 e 2006; e o *Projeto Rede de Arquivos do Iphan: sistemas de informações, higienização e acondicionamento do patrimônio documental, uma proposta de digitalização, gestão informacional e ampliação do acesso à documentação*, realizada e desenvolvida em parceria entre o IPHAN, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Fundação Darcy Ribeiro (Fundar) e a Biblioteca Brasileira da Universidade de São Paulo (USP). (SOUZA, 2015, s/p)

3.2 POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO MAST

Em 1995, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) publicou a primeira “Política de preservação de acervos institucionais”, no qual participaram 15 instituições públicas (Comissão do Patrimônio Cultural / Universidade de São Paulo; Fundação de Artes do Estado

do Rio de Janeiro – FUNARJ; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu da República; Museu de Arte Contemporânea da Paraíba; Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu do Homem do Nordeste / Fundação Joaquim Nabuco; Museu Histórico Nacional; Museu Nacional de Belas Artes; Museu Nacional do Rio de Janeiro; Museu Paraense Emílio Goeldi; Museu Villa-Lobos e do Núcleo de Documentação / Universidade Federal Fluminense), apesar da maioria serem técnicos e responsáveis por museus, tivemos a participação de colaboradores de duas Universidades: a de São Paulo e a nossa de Niterói. A motivação para a criação dessa política foi à inexistência de documentos que orientassem e/ou normatizassem as ações ligadas à preservação.

Na introdução da publicação, o diretor do MAST e a diretora do Museu da República, na época, respectivamente, o Sr. Henrique Lins de Barros e a Sra. Anelise Pacheco assinalam que tinham esperança deste documento:

[...] dar início a uma discussão mais ampla, que sensibilize as instituições que lidam com acervos, quanto à necessidade de uma maior normatização de seus procedimentos. Uma política de preservação voltada a essas instituições deve se constituir em uma forma de respaldar sua função social, permitindo que gerações futuras possam vir a conhecer suas referências passadas. (MAST, 1995, p. 5)

Essa política do MAST: “[...] tinha como finalidade servir de base para que cada instituição cultural criasse sua própria política de preservação”. (SILVA, 2008, p. 96)

Nessa política atuaram profissionais das áreas de conservação; documentação; seleção/aquisição; processamento técnico; pesquisa; acesso; disseminação; treinamento e capacitação; restauração e da segurança física. E definiram que os termos relacionados a área seriam: a preservação “[...] abrange[ria] todas as ações que possibilitem a garantia da integridade das informações e dos significados de um bem cultural, através de sua gestão e proteção”. A Conservação constaria da “[...] observação, estudo e controle das causas de degradação dos bens culturais, levando à adoção de medidas de prevenção, minimização ou supressão da deterioração do acervo”. E finalmente, o restauro, consistiria na “[...] medida de recuperação da integridade do bem cultural, através de técnicas de intervenção direta sobre esse bem”. (MAST, 1995, p. 31-33)

3.2.1 Primeiros passos para criar uma política de preservação

A motivação para preservar se dá “[...] por questões de cunho cultural, científico – pelo conhecimento que as obras transmitem em vários campos do saber, tanto para as humanidades quanto para as ciências naturais –, e ético [...]” (KUHN, 2008 *apud* GUIMARÃES, 2012, p. 74)

Para preservar é importante conhecer o acervo seja por meio de inventários, diagnósticos e pesquisas realizadas pelos órgãos de preservação. Para proteger é necessário o estabelecimento de políticas de acesso, uso, guarda e preservação. Também se faz necessário, selecionar o que será preservado e claro que essa decisão implica na questão de não preservar outros documentos.

Afinal, a escolha de um documento, ou de um lote de documentos para sofrerem algum tipo de tratamento de conservação – ou mesmo de preservação – implica a não-escolha dos demais, na mesma situação, talvez até em pior estado físico. (ZÚÑIGA, 2005, p. 247)

Ainda segundo Zúñiga, no Brasil “[...] as políticas públicas voltadas para a preservação de materiais de bibliotecas e arquivos não conseguiram, salvo raras exceções, desenvolver-se de forma eficaz [...]”. (ZÚÑIGA *apud* SILVA, 2008, p. 98). A obrigação de preservar engloba as instituições dos níveis municipal, estadual, federal que por lei devem promover a manutenção e conservação dos bens culturais.

Ainda não sabemos preservar, seja por dificuldades financeiras, desconhecimentos histórico e técnico. Os três pontos cruciais para a formulação da política são: missão institucional definida; uma política de coleção, que indicará o que será preservado; e por fim, a política de preservação trazendo as orientações técnicas para salvaguardar o acervo.

Numa instituição arquivística, a política de preservação deve estar baseada nos eixos, a saber: “[...] conhecimento dos problemas existentes, diagnóstico da preservação tomada de decisão de preservação e estabelecimento de prioridades”. (ZÚÑIGA, 2005, p. 245)

Reforçamos a importância do programa de preservação numa instituição arquivística, destacando o caráter único do documento de arquivo, no que tange ao seu objetivo de ser prova de uma ação/atividade. A política é um instrumento que legitima as ações de preservação no âmbito da instituição. Para que o programa tenha êxito é necessário que sejam observados os planos institucionais, os objetivos da unidade. Também é importante o apoio e o envolvimento dos funcionários da unidade, desde voluntários ao cargo de chefia. Além de investimento financeiro, e o requisito fundamental que é o registro dessa política por escrito.

Para o documento do MAST, os passos englobariam desde o que eles chamaram de princípios gerais e os específicos: a conservação, a documentação a seleção e aquisição, processamento técnico, pesquisa, acesso, disseminação, treinamento e capacitação, restauro e segurança.

Os princípios gerais norteariam a preservação como um todo na intenção de “[...] favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania. (MAST, 1995, p. 15)

Nos princípios específicos estariam as atitudes ligadas a conservação dos acervos desde a sua higienização e guarda até o transporte. Porém, segundo o MAST:

[...] na preservação de acervos, a conservação deve ser considerada como uma das medidas prioritárias; os trabalhos de conservação devem ser executados somente por profissional capacitado, o que assegura a utilização de técnicas compatíveis que garantam a integridade do bem cultural; e a conservação de um acervo não deve ser tratada como questão isolada. Por ser matéria interdisciplinar, deve ter como base principal a colaboração de profissionais qualificados em diversas áreas, objetivando estabelecer um trabalho sistemático, integrado e eficiente; (MAST, 1995, p. 16)

O manual contempla cada um dos pontos listados nos princípios específicos, referenciando a conservação como vimos acima, mas também que a instituição deve elaborar normas técnicas para o acondicionamento, especificar o tipo de invólucro e mobiliário e muito importante o espaço físico ou o local de guarda do acervo que deve ter as condições climáticas e a iluminação controladas, assim como deverá ter normas específicas para a mobilidade de obras e acervos. Ainda contempla, tarefas normalmente negligenciadas pelas instituições, pois pode parecer de competência dos técnicos especializados, porém, numa política de preservação, todas as atividades, incluindo aquelas que devem ser feitas por suas áreas específicas, não podem ser esquecidas. É por isso, que para a conservação e o restauro (este último também é necessário um laboratório montado) necessitamos de um especialista,

mas também para a documentação, a seleção/ aquisição, para o processamento técnico, para a pesquisa e o acesso e disseminação, e ainda o treinamento e capacitação destes técnicos será necessários os profissionais capacitados e que participem e tenham a visão de conjunto da política de preservação e não pensem que são apenas uma pequena parte do todo, sem relação aos demais.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Nesta última seção abordaremos o Gerenciamento de Riscos, outro ponto crucial quando pensamos em políticas de preservação. Segundo a norma técnica australiana e neozelandesa (BZS 4360:2004), risco é “[...] a chance de algo acontecer causando um impacto sobre objetivos.” (STANDARDS AUSTRÁLIA, 2004, *apud* SPINELLI; PEDERSOLI JUNIOR, 2010, p. 25). Portanto, no intuito de mitigar os riscos aos acervos é fundamental que se formule um plano e/ ou um projeto de Gerenciamento de Riscos que complemente os objetivos da Preservação da instituição. As fontes utilizadas para esta seção serão o manual de Gerenciamento de Riscos do Arquivo Nacional, organizados por José Luiz Pedersoli Junior e Adriana Hollós e o da Biblioteca Nacional pelo conservador Spinelli.

Para o Arquivo Nacional, Gerenciamento de Riscos é o “[...] processo de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos humanos e materiais de uma instituição, no sentido de minimizar ou aproveitar os riscos e incertezas sobre essa organização. (ARQUIVO NACIONAL, 2019, p. 6). Os seus especialistas Adriana Hollós e Pedersoli Junior ressaltam que é necessário “[...] a implantação de um processo de gestão contínuo na organização e o apoio e envolvimento de todos os seus segmentos”. (HOLLÓS; PEDERSOLI JUNIOR, 2009, p. 76)

No plano de gerenciamento de risco do Arquivo Nacional, a metodologia consiste nas seguintes etapas: “[...] estabelecer o contexto; identificar os riscos; analisar; avaliar e tratar.” (ARQUIVO NACIONAL, 2019, p. 8)

O gerenciamento de riscos se concentra em:

[...] explicitar os objetivos da organização, definir o horizonte de tempo do processo, as partes e atores internos e externos à organização a serem envolvidos, os ambientes internos e externos em que o processo ocorrerá, os critérios para avaliação de riscos; (HOLLÓS; PEDERSOLI JUNIOR, 2009, p. 77)

Na primeira etapa é necessário “[...] identificar os riscos de forma sistemática e abrangente”; e a segunda etapa é “[...] analisar os riscos para quantificar sua magnitude (ou

seja, sua probabilidade de ocorrência e o impacto esperado). (HOLLÓS; PEDERSOLI JUNIOR, 2009, p. 77)

Na terceira fase é preciso “[...] avaliar os riscos para decidir quais deles serão tratados e com que prioridade (comparando suas magnitudes e incertezas entre si e com critérios previamente estabelecidos, identificando causas e aspectos em comum e considerando-os detalhadamente dentro de seu contexto)” (HOLLÓS; PEDERSOLI JUNIOR, 2009, p. 77)

Finalmente a última etapa consiste em “[...] tratar os riscos identificados como prioridade para reduzi-los a níveis aceitáveis, segundo planejamento desenvolvido para tal e baseado no estudo sistemático e seleção de opções de tratamento (em termos de benefício-custo, redução simultânea de riscos múltiplos”. (HOLLÓS e PEDERSOLI JUNIOR, 2009, p. 77)

4.1 FATORES DE RISCOS

Os fatores que podem colocar em risco os acervos bibliográficos e documentais, de maneira geral, podem ser apresentados em dez formas, a saber: Forças físicas: falhas estruturais no edifício, terremotos e outros desastres naturais, explosões, colisões de veículos; Criminosos: furto, roubo ou vandalismo; Fogo: risco de incêndio; Água: infiltração de água pluvial, enchentes; vazamento ou ruptura de tubulações, etc; Pragas: insetos, roedores etc; Poluentes: poeira, contaminações acidentais por derramamentos, etc; Luz e radiação UV e IR: lâmpadas, luz solar, etc; Temperatura incorreta: Temperaturas elevadas ou baixas, assim como flutuações de temperatura de amplitudes significativas; Umidade relativa incorreta: clima local, equipamentos de ar condicionado com funcionamento descontínuo, aquecedores e fontes de calor, etc; e Dissociação: perda de objetos da coleção, deterioração de etiquetas e rótulos; a inexistência de cópias de segurança, etc. (HOLLÓS e PEDERSOLI JUNIOR, 2009)

É fundamental para se ter êxito na implementação do plano de Gerenciamento de Riscos que a instituição esteja totalmente comprometida, em todos os níveis:

[...] em particular da Presidência e dos responsáveis pelos diferentes setores da instituição; Atitude proativa de todos os funcionários para que se desenvolva uma “cultura de gerenciamento de riscos” na instituição; Constituição formal de uma equipe interna multidisciplinar para a implantação do gerenciamento de riscos na instituição; Disponibilização de recursos financeiros para a implementação de medidas de tratamento de riscos, conforme os graus de urgência e de prioridade determinados pela avaliação dos riscos; Monitoramento, documentação e revisão contínuos da aplicação do Plano, cuja atualização sistemática deve ser feita conforme a necessidade ou com a periodicidade preestabelecida (por exemplo, a cada seis meses); Comunicação e consulta contínuas com todas as partes envolvidas e interessadas, assegurando ampla inclusão e participação ativa no processo e maximizando o uso da informação e conhecimento disponíveis. (SPINELLI; PEDERSOLI JUNIOR, 2010, p. 15)

É importante ressaltar que o gerenciamento de riscos faz parte integrante de qualquer política de preservação. É importante, entender o contexto do acervo documental, para identificar o próprio acervo e as áreas que o envolvem. Analisar e avaliar o acervo, os riscos e as suas condições de guarda. Identificar os problemas para interrompe-los ou tratá-los da melhor maneira possível. E por último continuar com ação, monitorando as condições e todos os pontos que ainda podem ser críticos naquele acervo, com o intuito de estar sempre um passo á frente dos problemas. Portanto, o gerenciamento de risco é dentro da política de preservação o ponto a ser gerenciado e os problemas resolvidos com prontidão, para não permitir nenhuma perda por menor que ela possa parecer ser e minimizar os processos de degradação dos documentos.

O certo é que os responsáveis pelos acervos precisam priorizar e fazer sempre as escolhas corretas para o uso dos recursos disponíveis, com o intuito de proteger os acervos. Mas não só o acervo físico, o olhar tem que estar também no contexto, no edifício, na sua localização e nas condições climáticas do meio ambiente onde ele está situado. Muitas vezes vai ser a escolha entre aumentar a segurança contra roubo ou vandalismo, ou escolher melhorar a manutenção do edifício, para evitar vazamentos de água de chuva, ou ainda, escolher uma empresa especializada para fazer o manejo de pragas.

Como fazer a escolha certa para aquele momento é que será a questão a ser resolvida, e está só será possível se tivermos uma política de preservação implantada com todas as coletas de dados importantes, desde o conhecimento total do acervo e de como protege-lo. É importante também saber o seu atual estado de conservação e os possíveis riscos que este mesmo acervo pode estar sujeito, para então, melhorá-los.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre todos os pontos importantes que devem entrar numa política de preservação de uma instituição, haverá uma interminável relação de itens, tais como instalação de alarme de incêndio e os sistemas de supressão do mesmo, a implantação de planos de resposta imediata a desastres, construção de novas instalações de armazenamento pois o acervo está em constante crescimento. Ou ainda, escolher melhorar a embalagem e as condições de guarda do acervo, intensificar a conservação, e se for possível implementar um laboratório de restauração e contratar especialistas para fazê-lo.

Portanto, deve fazer parte da política de preservação uma lista interminável de atitudes a serem tomadas ao longo dos anos, com projeto e programas a serem implementados de acordo com as necessidades, como vimos nas seções deste trabalho de conclusão de curso. Como resolver o que é mais importante naquele momento, será tarefa de quem está no gerenciamento das condições do acervo, portanto, é extremamente importante o envolvimento de todos, desde as chefias, os funcionários e até dos usuários (no caso de uma instituição com acervo documental) para a tomada da decisão mais sensata para aquele momento.

Isto vai permitir considerar todas condições e os riscos relativos a todos os pontos levantados neste trabalho de conclusão de curso e estabelecer as prioridades será essencial para o planejamento do uso dos recursos (que sabemos são escassos e muitas vezes direcionados para outras áreas). A importância dos dados coletados sobre as condições e a situação do acervo é o principal instrumento a ser utilizados na hora do questionamento da necessidade daquele recurso ser utilizado em determinado setor. Muitas vezes, poderemos detectar não uma área de risco, mais duas ou três, então como resolver, se a verba não comporta a solução de todos. Temos que saber e aplicar então, o recurso no que podemos chamar de gerenciamento de risco. Comparar os risco específicos e o dilema será escolher entre a conservação, e o acesso a informação ou ainda entre a sustentabilidade ambiental ou o mobiliário mais adequado para a guarda do acervo. Serão sempre questões cruciais, mas, as escolhas são feitas, e por isso, a importância do total conhecimento para que a tomada de decisão seja a mais racional naquele momento para aquele acervo.

Durante toda a pesquisa, notamos que existe Política de Preservação em vigor em instituições tradicionais e influentes, como por exemplo, o Museu de Astronomia e Ciência

Afins (MAST), que publicou o primeiro manual a respeito dessa temática, o Arquivo Nacional, que possui Política de Preservação Digital; Manual de Gerenciamento de Riscos.

Ressalto que a existência da Política de Preservação não garante a efetiva ação na questão de zelar e cuidar dos documentos. É imprescindível que a equipe e a direção da instituição tenham ações e atitudes que contribuam para o prolongamento da vida útil dos seus acervos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Gerenciamento de riscos: do planejamento à execução**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Claudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000.

FOOT, Mirjam M. (revised by Caroline Peach). **Building a preservation policy**. London: The British Library Board; 2013. (primeira edição 2001). Disponível em: https://www.bl.uk/aboutus/stratpolprog/collectioncare/publications/booklets/building_a_preservation_policy.pdf

GUIMARÃES, Lygia. Preservação de acervos culturais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello. (Org.). **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

HOLLÓS, Adriana Cox; PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. Gerenciamento de riscos: uma abordagem interdisciplinar. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 72-81, abr. 2009. Disponível em: GERENCIAMENTO DE RISCOS: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR | Cox Hollós | PontodeAcesso (ufba.br) Acesso em: 05/03/2021.

HOLLÓS, Adriana Cox. Fundamentos da preservação documental no Brasil. Revista **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, jul./dez., 2010.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: [Página - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#). Acesso: 08/03/2021.

JUSTINIANO, Fátima A. de Souza. **Preservação e conservação de documentos**. Niterói: S.n., 2009.

MAST. **Política de Preservação de Acervos documentais**. Rio de Janeiro: MAST/Museu da República, 1995.

ODGEN, Sheryllyn. **Métodos de armazenamento e práticas de manuseio**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

_____. **Temperatura, umidade relativa do ar, luz e qualidade do ar: diretrizes básicas para a preservação**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

PAES, Marilena Leite. Arquivos Permanentes. In: **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. Ciência e tecnologia na preservação da Informação: um desafio político. Revista **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2. jul./dez. 2004.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação na arquivística contemporânea. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1. jan/jun. 2006.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação nos arquivos e na arquivologia. In: **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB, 2008.

SOUZA, Nayara Cavalini de. Arquivo do Patrimônio. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

SPINELLI, Jayme. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

ZÚÑIGA, Solange Sette G. de. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados. **Registro**, v. 1. n.1, p. 71-89, jul. 2002.

ZÚÑIGA, Solange Sette G. de. Políticas públicas, vontade política e conscientização dos níveis decisórios para preservação. **Cadernos do CEOM**, ano 18, n. 22, dez. 2005.